

# Estabelecimento da Justiça e Juízes

**Versículo-chave:** “O que é totalmente justo seguirás, para que vivas e possuas a terra que o SENHOR teu Deus te dá.”  
— Deuteronômio 16:20

**Versículos selecionados:**  
Deuteronômio 16:18-20;  
17:8-13

Os sistemas estabelecidos em Israel para a justiça e o julgamento destinavam-se a guiar o povo na adoração correta de Jeová. Pouco depois de seu êxodo do Egito, Moisés julgou sozinho as disputas do povo. (Êx. 18:13-16) No entanto, essa responsabilidade logo começou a sobrecarregar o Moisés. Por sugestão de seu sogro Jetro, Moisés determinou quais eram os líderes capazes de ficar ao seu lado e julgar os assuntos referente ao povo. (Versículos 17-26) Este sistema, estabelecido no deserto, foi elaborado de modo vitalício mesmo após a entrada do povo na terra prometida.

Outro elemento dos arranjos judiciais de Israel era a designação de juízes e oficiais de todas as tribos para determinar os julgamentos justos, proporcionando assim um sistema judiciário para toda a população. (Deut. 16:18-20) Moisés instruiu ainda que os sacerdotes levíticos deviam colaborar com os juízes em casos mais difíceis para ajudá-los no julgamento. Essas questões deveriam ser ouvidas e decididas “no lugar que o Senhor

escolher”. Estas determinações continuaram mesmo para casos de menos importância e as penas decididas foram implementadas por pessoas do local e os mais difíceis eram resolvidos por uma autoridade superior e centralizada. — Deut. 17:8-13

As Escrituras Seleccionadas de nossa lição não fornecem as qualificações específicas dos juizes e oficiais a serem seleccionados, o método de sua nomeação ou os detalhes de sua descrição de trabalho. No entanto, chamam a atenção para os princípios que deveriam incorporar. Primeiro, a nomeação de juizes e funcionários era tarefa de toda a comunidade. Deviam escolher homens de caráter justo para serem aprovados por Deus. Este princípio enfatiza a responsabilidade da comunidade de estar ativamente envolvida na manutenção e busca de um julgamento justo.

Juizes e oficiais também deveriam julgar com justiça. Eles foram proibidos de distorcer a justiça, mostrar parcialidade e aceitar suborno. (Deut. 16:18,19) Essas práticas foram claramente condenadas por Jeová. A comunidade deveria nomear aqueles que fossem sábios, conforme observado nas instruções de Deus a Moisés registradas no Deuteronômio 1:13-15. O trabalho desses juizes e funcionários deveria ser para o benefício de toda a comunidade. Sua nomeação não deveria ser uma questão de status ou poder, mas para a tarefa específica de julgar as pessoas de modo justo, para que decisões justas prevalecessem entre toda a nação.

O Versículo Principal de hoje reflete o resultado abençoado de seguir o julgamento justo e rejeitar as práticas injustas. Todos seriam beneficiados — os juizes e oficiais, o povo em geral e toda a nação — se as instruções de Deus fossem seguidas. Vemos um princípio geral nesta lição, que a bênção do Senhor acontece onde a retidão

prevalece. A Bíblia Viva parafraseada captura a essência do nosso Versículo Principal: “A justiça deve prevalecer. Só assim terás sucesso na terra que o Senhor teu Deus te dá”.

Aprender o significado da justiça, e praticá-lo em nossas vidas, deve ser um dos objetivos primordiais da nossa caminhada no caminho cristão. Transformar isso em parte do nosso caráter nos ajudará a preparar-nos para nosso futuro trabalho no reino: “Você não sabe que os cristãos um dia julgarão o mundo?” — I Cor. 6:2, JB Phillips  
Novo Testamento ■